



OBSERVATÓRIO
DO CLIMA

ORÇAMENTO 2027:

Meio Ambiente, Clima e Recomendações

*Análise do Projeto de
Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027*

Foto: LEONARDO SÁ/Agência Senado

Brasília/DF - outubro - 2026



OBSERVATÓRIO
DO CLIMA

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
RIO DE
JANEIRO



GT
Orça
mento

GT
Clima

Autoria institucional:

Observatório do Clima (OC)

Frente Parlamentar Ambientalista – GT Clima e GT Orçamento

Organização:

Suely Araújo • suely@oc.eco.br

Adriana Pinheiro • adriana@oc.eco.br

Projeto Gráfico e Diagramação:

Ednildo Hipólito • [@ed.designergrafico](https://www.instagram.com/ed.designergrafico)

Formato: Livro Digital

Veiculação: Digital

ISBN: 978-65-987655-6-9

Realização:



ÍNDICE

	Raio-X do Meio Ambiente e Clima 2027	5
	1. Panorama Governamental	7
	2. Fundo Clima e Fundo Nacional do Meio Ambiente	8
	3. Meio ambiente e Clima no PLOA 2027	11
	4. O papel das emendas parlamentares	15
	5. Recomendações de emenda	17





PLOA 2027

ORÇAMENTO 2027:
Meio Ambiente, Clima e
Recomendações

*Análise do Projeto de
Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027*

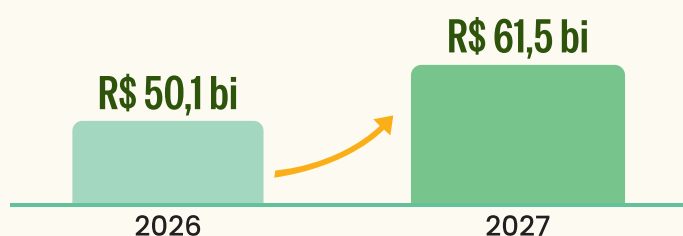
Raio-X do Meio Ambiente e Clima 2027

Figura 1: Raio-X do Meio Ambiente e Clima 2027

1 CRESCIMENTO DO ORÇAMENTO AMBIENTAL

R\$ 61,5 bilhões

Gestão Ambiental no PLOA 2027



O valor representa
alta de **22,7%**

em termos reais em
relação a 2026.
O crescimento é puxado
principalmente pelos
recursos reembolsáveis
do Fundo Clima.

2 FUNDO CLIMA EM NÍVEIS RECORDE

R\$ 54,7 bilhões

Previstos para o Fundo Clima em 2027



Desse total, **apenas R\$ 6 milhões**
correspondem à parcela não
reembolsável.

O restante se concentra na
parcela reembolsável, no Eco Invest
e no Fundo de Investimento para
Florestas Tropicais (TFFF).

Raio-X do Meio Ambiente e Clima 2027

3 SITUAÇÃO DO FNMA



Entre os PLOAs 2026 e 2027, os recursos finalísticos **aumentam apenas R\$ 50 mil.**

4 MUDANÇA NO ORÇAMENTO

Onde o orçamento mais mudou?

Entre as **ações ambientais e climáticas selecionadas**,

- 15 tiveram **aumento** de recursos,
- 3 tiveram **redução** e
- 1 **nova ação** foi identificada no PLOA 2027.

Essas quatro ações concentram cerca de **80,1%** do **aumento observado** entre as **15 ações selecionadas**.



Maiores aumentos

+ R\$ 140 milhões

Bolsa Verde;

+ R\$ 45,77 milhões

Fiscalização ambiental, prevenção e combate a incêndios florestais;

+ R\$ 41,20 milhões

Prevenção e controle de incêndios florestais em áreas federais prioritárias;

+ R\$ 35,67 milhões

Criação e gestão de unidades de conservação federais.

Principais reduções



- R\$ 45 milhões

Purificação e dessalinização de águas continentais e marinhas;

- R\$ 12,9 milhões

Fiscalização e controle do desmatamento ilegal na Amazônia;

- R\$ 4,78 milhões

Políticas para biodiversidade, vegetação nativa e áreas protegidas.

Fonte: Elaboração própria

Foto: NELSON ALMEIDA/AFP



1. Panorama Governamental

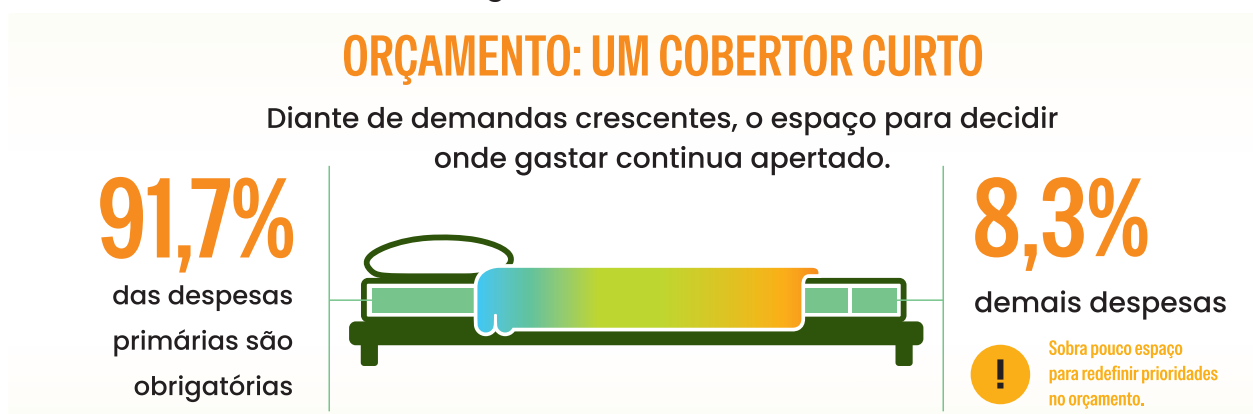
A emergência climática pressiona o poder público a responder a secas, enchentes, incêndios, ondas de calor e outros eventos extremos, ao mesmo tempo em que exige políticas de longo prazo para reduzir emissões e vulnerabilidades. Planos e compromissos só viram política pública quando há recursos, acesso e capacidade de execução. Regras e exigências também podem dificultar a chegada do dinheiro a municípios e comunidades.

Em 31 de agosto, o Executivo encaminhou ao Congresso o **PLOA 2027**, último projeto orçamentário deste mandato. A proposta considera crescimento do **PIB de 2,46%**, **inflação de 3,6%** e **salário mínimo estimado em R\$ 1.741** para 2027.

O orçamento, porém, segue como um **cobertor curto** diante de demandas crescentes. Em 2027, o limite das **despesas primárias¹ chega a R\$ 2,576 trilhões**, 7,7% acima de 2026. Ainda assim, o espaço para decidir onde gastar continua apertado: **91,7%** dessas despesas já estão comprometidas com **gastos obrigatórios**.

2027 será também um ano de entrega e ajuste de rota. É o último ano do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e o primeiro PLOA após o lançamento do Plano Clima 2024–2035, instrumento que orienta as ações do país para reduzir emissões e se adaptar aos impactos da mudança do clima. A questão é saber o que ainda falta entregar no PPA e se há recursos para avançar na implementação do Plano Clima.

Figura 2: Cobertor Curto



Fonte: Elaboração própria

1. Envolve gastos do governo destinados à oferta de bens e serviços públicos e ao funcionamento do Estado, como despesas com pessoal, custeio e investimentos. Fonte: [Orçamento Cidadão](#). Acesso: 30/09/2026.

Foto: IMPRENSA/CNI

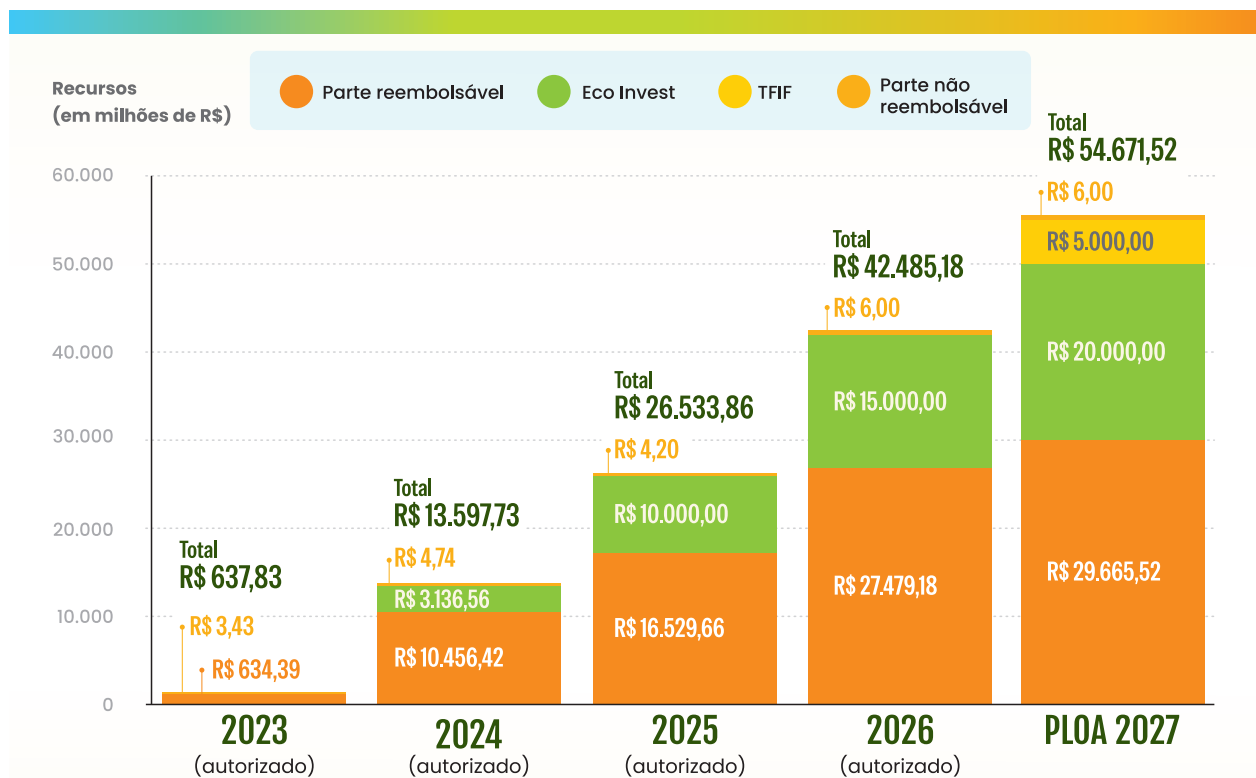


2. Fundo Clima e Fundo Nacional do Meio Ambiente

Apresentando o quadro geral do orçamento, vale mencionar dois dos principais fundos ambientais: o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Os dois ajudam a mostrar por que o volume de recursos, sozinho, não conta toda a história: importam também a forma de financiamento, quem consegue acessar o dinheiro e quanto é efetivamente utilizado.

Criado pela [Lei nº 12.114/2009](#), o Fundo Clima é o principal instrumento brasileiro de financiamento climático. A partir de 2023, houve forte aumento dos recursos reembolsáveis (financiamentos que precisam ser pagos de volta) do Fundo Clima.

Gráfico 1 – Recursos Fundo Clima



Fonte: Elaboração própria

O Fundo Clima tem uma parcela não reembolsável, gerida pelo MMA, e diferentes instrumentos financeiros.

Em 2027, o Fundo deve alcançar R\$ 54,7 bilhões, enquanto apenas R\$ 6 milhões estão previstos para apoio não reembolsável.

O restante se concentra na parcela reembolsável, no Eco Invest e no Fundo de Investimento para Florestas Tropicais. A expansão não resolve o principal gargalo: faltam recursos a fundo perdido e capilaridade, sobretudo para territórios vulneráveis e municípios de menor capacidade fiscal².

Em 2025, o Fundo Clima aprovou R\$ 12,55 bilhões em operações. Desse total, 78% (R\$ 9,80 bilhões) foram destinados a grandes empresas e 22% (R\$ 2,75 bilhões) para micro, pequenas e médias empresas, mostrando forte concentração dos recursos nos clientes de maior porte. Entre os beneficiários recentes estão Sigma Mineração, Raízen e São Martinho, com operações de até R\$ 500 milhões apoiadas pelo Fundo Clima³.

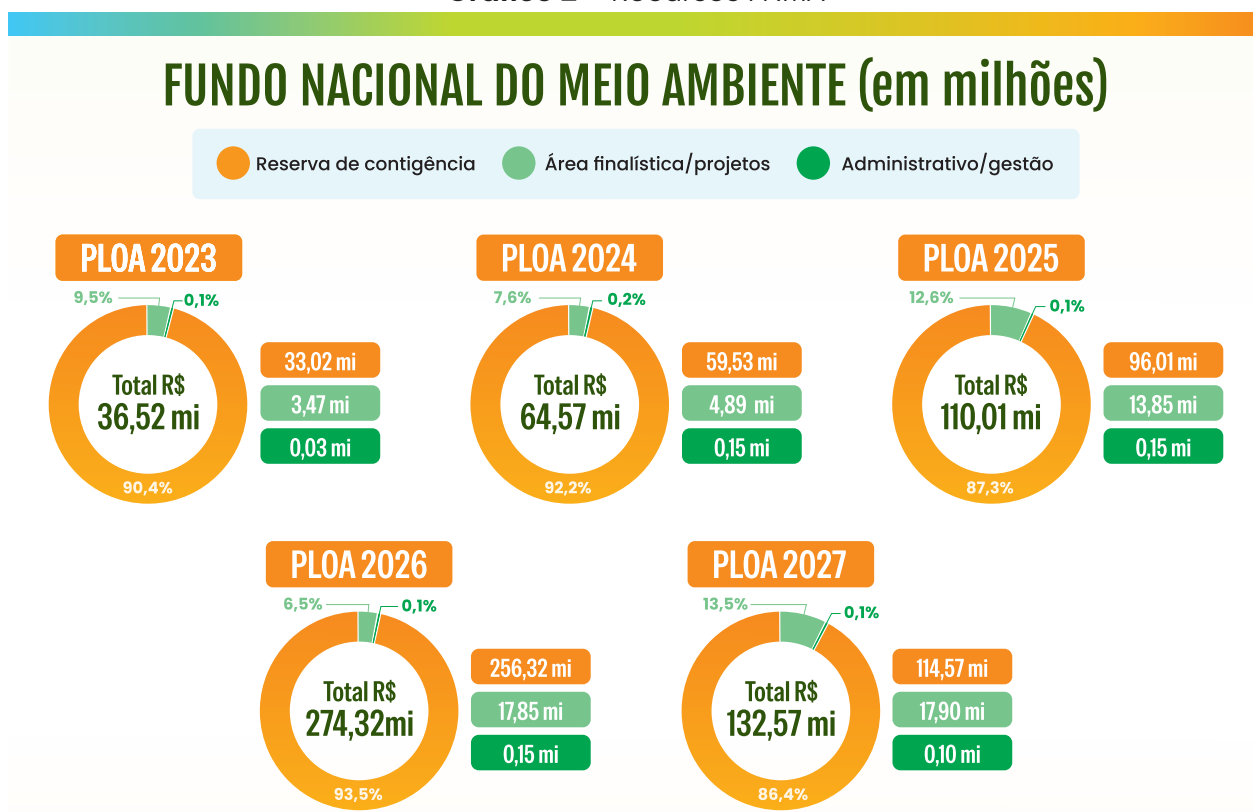
Esse cenário ganha relevância com a ampliação das frentes financiáveis pelo Fundo. Em setembro de 2026, foi sancionada a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A [Lei nº 15.506/2026](#) autoriza o BNDES a usar recursos reembolsáveis do Fundo Clima para financiar beneficiamento, transformação mineral e mineração urbana de minerais críticos e estratégicos. A transição energética depende da oferta de minerais estratégicos. Com isso, aumenta a importância de acompanhar para quais setores e empresas esses recursos estão sendo direcionados.

Por fim, o Eco Invest, criado em 2024 no âmbito do Fundo Clima, mobiliza capital privado para projetos sustentáveis com proteção cambial. O programa está crescendo: R\$ 3,1 bilhões em 2024, R\$ 10 bilhões em 2025, R\$ 15 bilhões em 2026 e R\$ 20 bilhões no PLOA 2027.

Analisemos agora o FNMA, criado pela [Lei nº 7.797/1989](#), que apoia projetos de preservação e conservação ambiental. Nos últimos anos, a maior parte dos recursos do FNMA tem sido contingenciada.

2. Para mais informações: <https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2026/03/Levantamento-Cidades.pdf>. Acesso: 16/09/2026.

3. Para mais informações: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-nacional-sobre-mudan%C3%A7a-do-clima-fnmc/relatorios-fnmc>. Acesso: 16/09/2026.

Gráfico 2 – Recursos FNMA


Fonte: SIOP; FNMA (UO 44901). Acesso: 16/09/2026.

No PLOA 2027, cerca de 86% dos recursos do FNMA estão alocados na reserva de contingência. Apenas R\$ 17,9 milhões, cerca de 13,5% do total, estão destinados diretamente a projetos e ações finalísticas.

Entre os PLOAs 2026 e 2027, a reserva de contingência do FNMA cai R\$ 141,75 milhões, enquanto os recursos para projetos aumentam apenas R\$ 50 mil. A redução da reserva, portanto, não vem acompanhada de um reforço significativo aos projetos. A execução também é baixa: dos R\$ 13,85 milhões previstos para a área finalística em 2025, apenas R\$ 1 milhão teve pagamento efetivo; em 2026, dos R\$ 17,85 milhões previstos, foram pagos R\$ 3,05 milhões. Mesmo com o aumento dos recursos finalísticos nos últimos anos, a parcela disponível diretamente para projetos continua pequena e a execução segue baixa. Para 2027, recomenda-se ampliar os recursos finalísticos, reduzir a parcela alocada à reserva de contingência e assegurar a transferência prevista das multas⁴ ao Fundo.

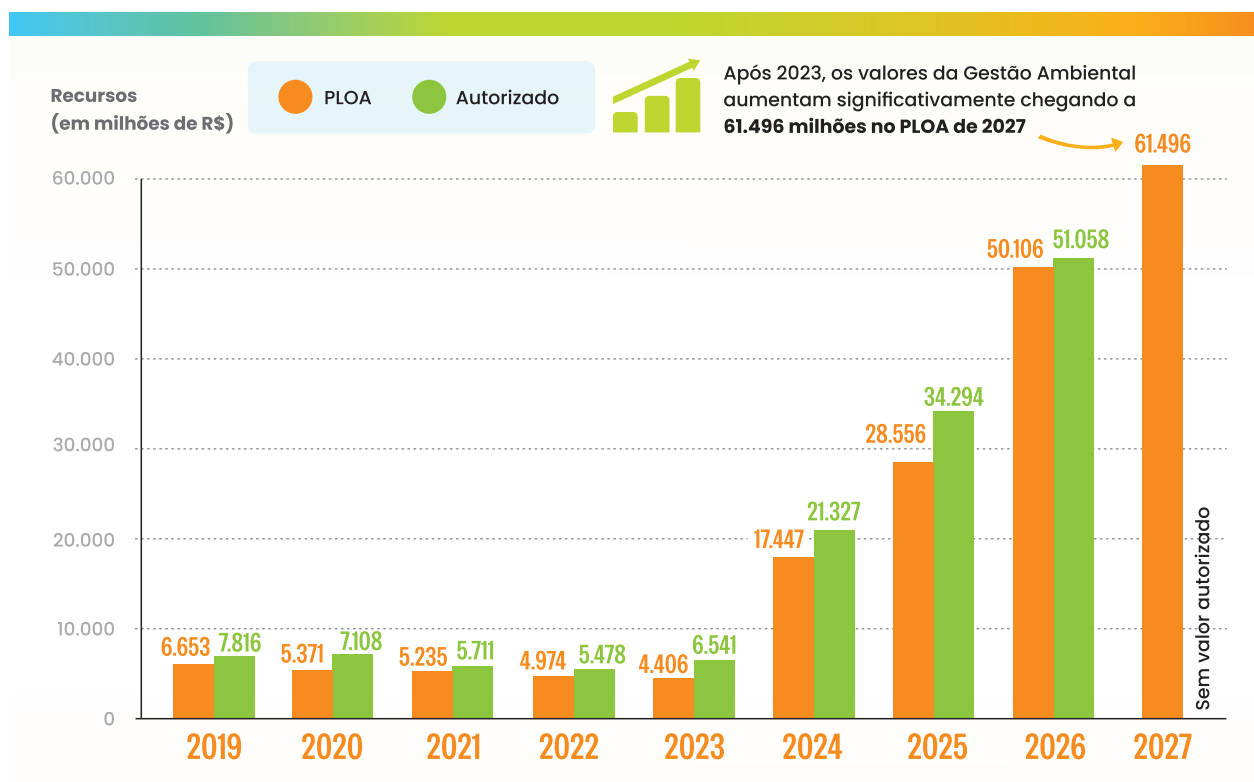
4. Ver: [art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605/1998](#) e [arts. 139 a 148 do Decreto nº 6.514/2008](#), com as alterações posteriores.

Foto: FERNANDO FRAZÃO/AB

3. Meio ambiente e Clima no PLOA 2027

Considerando as ações do SIOP⁵ em Gestão Ambiental (Função 18), apresenta-se o histórico dos últimos anos, deflacionado pelo IPCA, o que permite comparar os valores em termos reais ao longo do tempo.

Gráfico 3 – Histórico da Gestão Ambiental (em milhões) – PL e autorizado

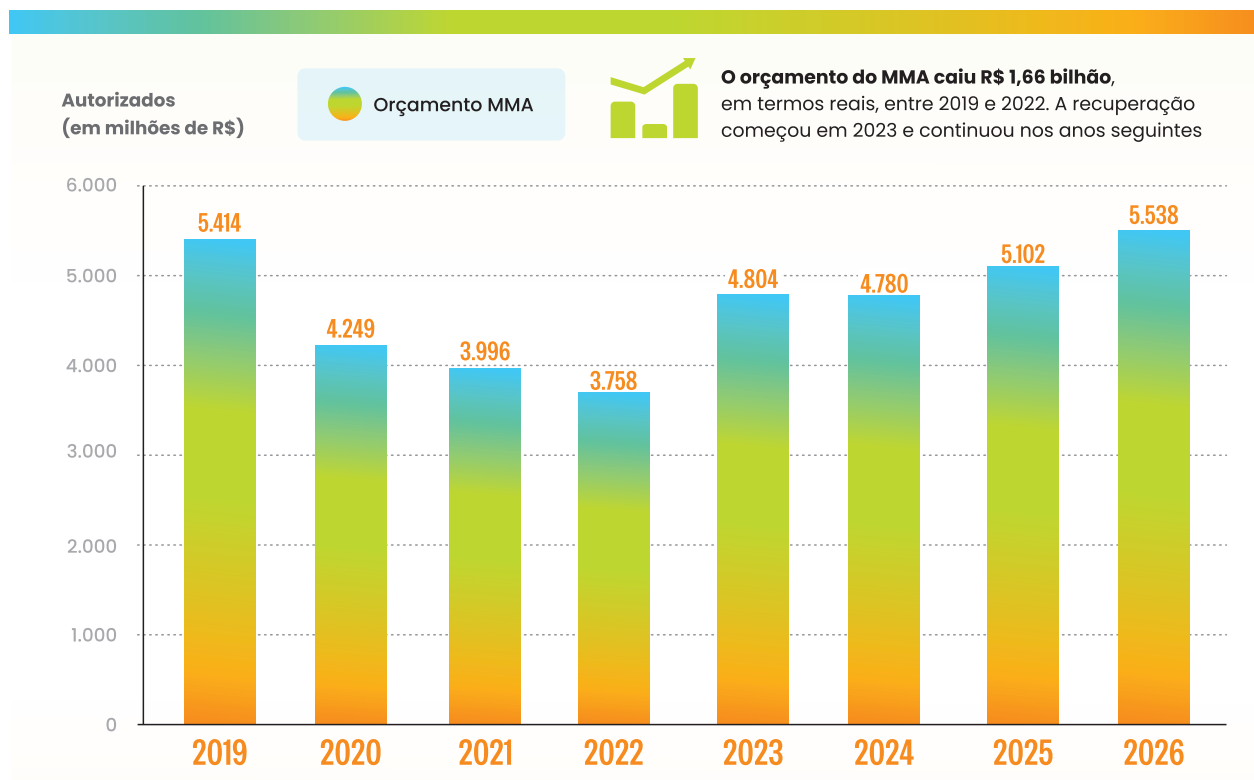


Fonte: [Senado Federal](#), corrigido pelo IPCA. Acesso em 16/09/2026.

5. Para entender os dados: PLOA é a proposta de orçamento; autorizado é o valor aprovado, incluindo alterações posteriores.

Os recursos destinados para ações da **Função 18 – Gestão Ambiental** seguem crescendo no **PLOA 2027** e chegam a **R\$ 61,50 bilhões**, aumento de **R\$ 11,39 bilhões**, ou 22,7%, **em relação a 2026**. O ritmo é menor que nos dois anos anteriores, quando o crescimento foi de 63,7% em 2025 e 75,5% em 2026. O avanço é puxado principalmente pelos recursos reembolsáveis do Fundo Clima, o que ajuda a explicar por que esse crescimento não se traduz, na mesma medida, em mais recursos finalísticos e não reembolsáveis.

Gráfico 4 – Histórico MMA



Fonte: [Senado Federal](#), filtro MMA (órgão); corrigido pelo IPCA. Acesso em 17/09/2026.

A Gestão Ambiental e o orçamento do MMA são recortes diferentes. O primeiro reúne despesas classificadas nessa área em diferentes órgãos federais. O segundo considera as despesas do ministério e de suas entidades vinculadas.

O orçamento do MMA caiu R\$ 1,66 bilhão, em termos reais, entre 2019 e 2022. A recuperação começou em 2023 e continuou nos anos seguintes. Em 2025, o orçamento autorizado cresceu 6,7% e, em 2026, 8,5%. Já no **PLOA 2027, estão previstos R\$ 4,92 bilhões**, que correspondem a **um aumento real de R\$ 188 milhões, ou 4%, em relação ao PLOA 2026**.

Mesmo com essa recuperação, o MMA continua com uma fatia pequena do orçamento. Entre os 30 ministérios analisados, o orçamento de R\$ 4,92 bilhões do MMA representa cerca de 0,37% do total desse conjunto de ministérios e coloca a pasta na 20ª posição. Para fins de comparação, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social tem previsão de R\$ 324,3 bilhões, cerca de 66 vezes o orçamento do MMA.

Também chama atenção o Programa 3102, Mineração Segura e Sustentável, do Ministério de Minas e Energia, que passa de R\$ 76,45 milhões no PLOA 2026 para R\$ 330,77 milhões no PLOA 2027, mais que quadruplicando seus recursos.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das ações orçamentárias ambientais e climáticas⁶ com movimentações significativas na comparação entre o PLOA 2026 e o PLOA 2027.

Entre as ações selecionadas, 15 tiveram aumento e três tiveram redução. Além disso, foi identificada uma nova ação no PLOA 2027.

A Tabela 1 destaca as principais ações ambientais e climáticas que aumentaram de dotação orçamentária de 2026 para 2027.

Tabela 1 – Variação 2027/2026 no PLOA – ações de meio ambiente e clima
AUMENTOU (em milhões)

 15 ações tiveram aumento de recursos no PLOA 2027 em relação a 2026.  42,7% do acréscimo total concentra-se na ação Bolsa Verde.  80,1% do aumento está nas quatro maiores altas.					
MMA: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima MIDR: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar					
ÓRGÃOS	AÇÃO (em milhões)	PLOA 2026	PLOA 2027	Δ PLOA 2027 - 2026	
MMA	20VP Bolsa Verde: conservação ambiental e combate à extrema pobreza	R\$ 180,00	R\$ 320,00	R\$ 140,00	
MMA	214P Fiscalização ambiental, prevenção e combate a incêndios florestais	R\$ 208,70	R\$ 254,47	R\$ 45,77	
MMA	214M Prevenção e controle de incêndios florestais em áreas federais prioritárias	R\$ 66,00	R\$ 107,20	R\$ 41,20	
MMA	20WM Criação e gestão de unidades de conservação federais	R\$ 248,93	R\$ 284,61	R\$ 35,67	
MMA	214N Controle e fiscalização ambiental	R\$ 232,70	R\$ 240,00	R\$ 7,30	
MMA	21F5 Gestão de florestas	R\$ 24,60	R\$ 30,65	R\$ 6,05	
MMA	20WN Pesquisa, monitoramento e conservação de espécies e cavernas	R\$ 7,00	R\$ 13,00	R\$ 6,00	
MMA	214O Uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental	R\$ 22,00	R\$ 27,00	R\$ 5,00	
MMA	6925 Licenciamento ambiental federal	R\$ 5,50	R\$ 10,00	R\$ 4,50	
MMA	20WH Controle da poluição e do uso de recursos ambientais	R\$ 2,70	R\$ 5,00	R\$ 2,30	
MMA	218R Monitoramento ambiental e informações geoespaciais	R\$ 3,80	R\$ 5,00	R\$ 1,20	
MMA	21H8 Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	R\$ 1,42	R\$ 2,45	R\$ 1,02	
MIDR	00T5 Contenção de cheias, inundações e erosões	R\$ 83,50	R\$ 88,00	R\$ 4,50	
MIDR	219R Melhoria da regulação do saneamento	R\$ 4,39	R\$ 7,50	R\$ 3,11	
MDA	210X Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável	R\$ 29,11	R\$ 53,51	R\$ 24,4	

Fonte: SIOP. Acesso em 18/09/2026.

6. Recorte da análise: foram excluídas ações de infraestrutura, de alcance predominantemente local e com dotação inferior a R\$ 1 milhão.

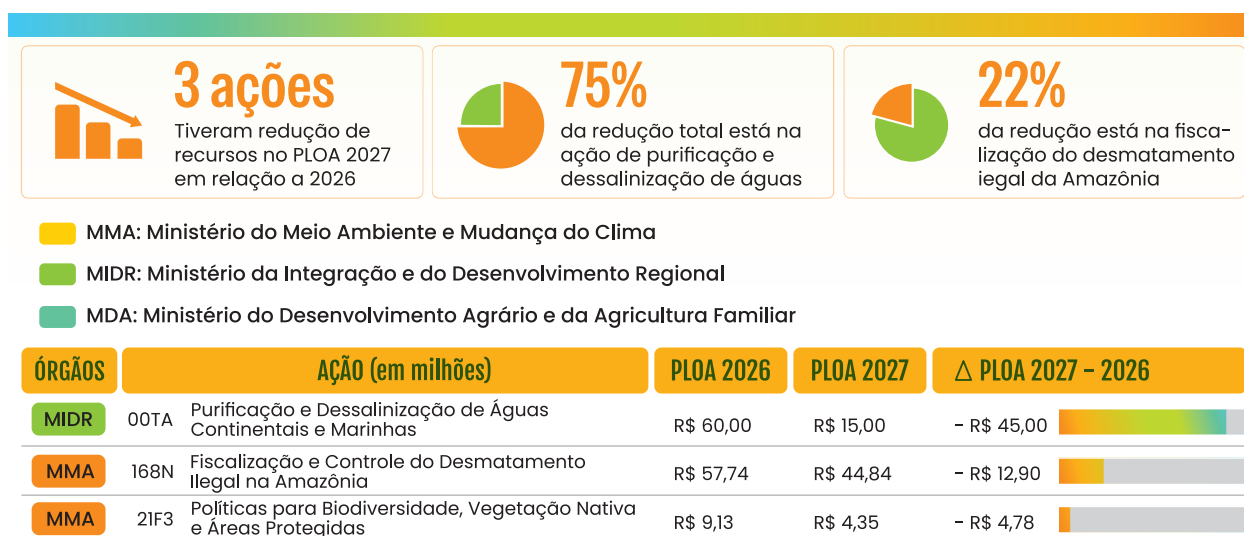
Entre as 15 ações selecionadas que tiveram aumento, o Bolsa Verde concentra cerca de 42,7% de todo o acréscimo.

As quatro maiores altas, Bolsa Verde, fiscalização ambiental e prevenção de incêndios, prevenção de incêndios em áreas federais e unidades de conservação, respondem juntas por cerca de 80,1% do aumento.

Vale destacar também a criação, em 2027, da ação 21IY, voltada ao fortalecimento da segurança hídrica e da resiliência dos recursos hídricos frente às mudanças climáticas, no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com R\$ 6,74 milhões. Na transição energética, o aumento da ação 210X não significa aumento equivalente nessa agenda. Os recursos do MDA especificamente destinados à transição energética passam de R\$ 2,90 milhões em 2026 para R\$ 2,41 milhões em 2027, queda de 16,9%.

A Tabela 2 destaca as principais ações ambientais e climáticas que sofreram redução de 2026 para 2027.

Tabela 2 – Variação 2027/2026 no PLOA – ações de meio ambiente e clima
DIMINUIU (em milhões)



Fonte: SIOP. Acesso em 18/09/2026.

Nas reduções, a maior perda está na ação 00TA, relacionada à purificação e dessalinização de águas continentais e marinhas, com corte de R\$ 45 milhões, ou 75%, reduzindo de R\$ 60 milhões para R\$ 15 milhões. A fiscalização contra o desmatamento ilegal na Amazônia perde R\$ 12,9 milhões, ou 22,3%. Já a ação de biodiversidade, vegetação nativa e áreas protegidas cai R\$ 4,78 milhões, ou 52,3%.

Foto: Pedro Ladeira

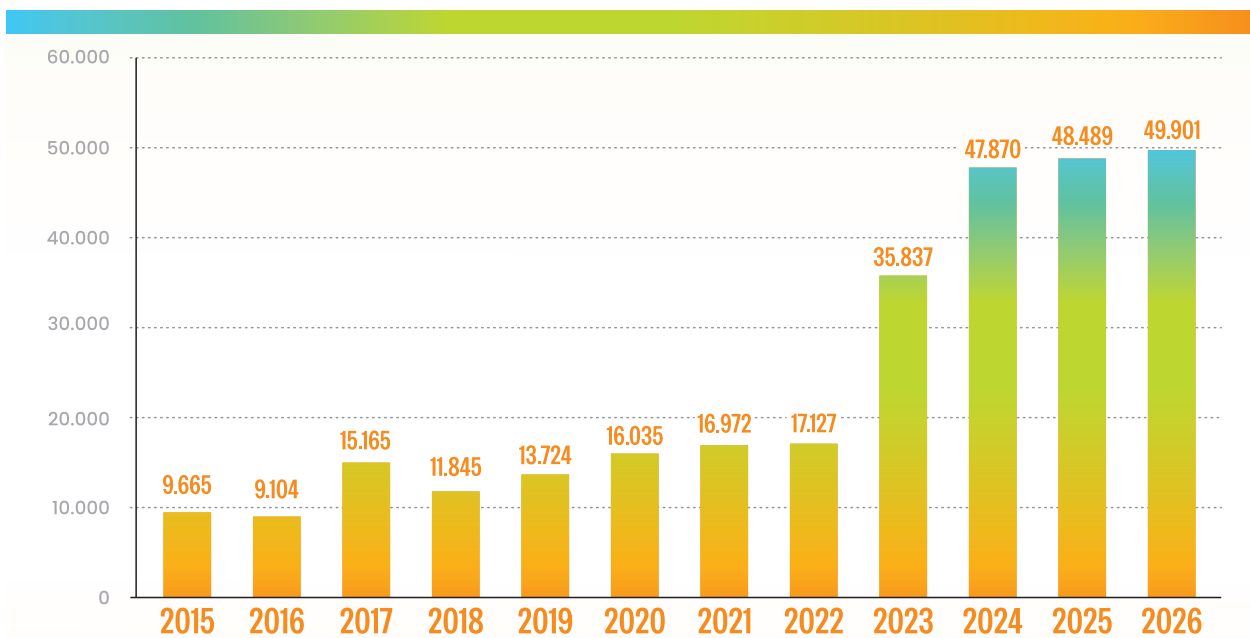


4. O papel das emendas parlamentares

Deputados federais e senadores podem direcionar recursos por meio de emendas individuais, de bancada e de comissões. As emendas individuais tornaram-se obrigatórias em 2015, com a EC 86, e as de bancada em 2019, com a EC 100.

Para 2027, o PLOA reserva R\$ 44,8 bilhões para essas emendas obrigatórias, sendo R\$ 28,5 bilhões para individuais e R\$ 16,3 bilhões para bancadas⁷.

Gráfico 5 – Histórico das emendas parlamentares (em milhões) – autorizado



Fonte: SIOP, R6-8 (individuais, de bancada e de comissão). Acesso em 18/09/2026.

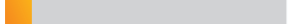
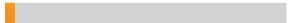
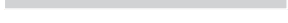
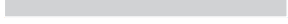
7. Para mais informações: <https://www.congressonacional.leg.br/web/orcamento/acompanhe/orcamento-anual/-/loa/2027/informacoes/notas-tecnicas>. Acesso: 18/09/2026.

O volume de recursos autorizados em emendas cresceu fortemente a partir de 2023. No recorte selecionado (2015-2026), o valor autorizado pelo Congresso Nacional aumentou de R\$ 9,7 bilhões em 2015 para R\$ 49,9 bilhões em 2026, mais de cinco vezes o valor inicial. O maior salto ocorreu de 2022 para 2023, quando o montante mais que dobrou, de R\$ 17,1 bilhões para R\$ 35,8 bilhões. Em 2024, o valor destinado a emendas chegou a R\$ 47,9 bilhões e, desde então, permanece próximo de R\$ 50 bilhões.

Com isso, o Congresso ganhou mais peso na definição do orçamento. O crescimento das emendas também reduz o espaço de decisão do Executivo. Em 2024, por exemplo, elas representaram cerca de 27% dos recursos disponíveis para investimentos federais⁸. Quando esses recursos não estão bem articulados ao planejamento das políticas, podem fragmentar o gasto e dificultar a continuidade de ações estruturantes.

Na agenda ambiental e climática, importa observar quanto foi destinado à área, por qual tipo de emenda, para quais ações e com que regularidade. Nos últimos anos, chama atenção a concentração de emendas individuais na proteção animal. A ação 2E87 teve valor autorizado do Congresso Nacional de R\$ 78,53 milhões em 2025 e R\$ 96,95 milhões em 2026, o maior volume entre as ações do MMA selecionadas.

Tabela 3 – Emendas individuais selecionadas nas ações do MMA em 2026

AÇÃO		VALOR AUTORIZADO (em milhões)
2E87	Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais	96,95 
20VY	Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental	9,91 
21A9	Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental e Conservação de Água e Solo	4,80 
21F3	Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas	1,90 
20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	0,88 
214O	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental	0,50 
4909	Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins	0,40 
20W2	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca	0,40 
214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias	0,40 
214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	0,40 

Fonte: SIOP, R6. Acesso em 18/09/2026.

Em 2026, as ações listadas tiveram R\$ 116,54 milhões autorizados em emendas individuais. Desse total, R\$ 96,95 milhões, ou 83%, foram destinados à proteção e aos direitos animais. Educação ambiental aparece bem atrás, com R\$ 9,91 milhões, seguida por qualidade ambiental e conservação de água e solo, com R\$ 4,8 milhões. As três ações concentram quase 96% dos recursos da tabela, mostrando uma distribuição bastante concentrada.

8. Para mais informações: <https://sumauma.com/por-que-o-congresso-ganhou-tanto-poder-e-por-que-isso-torna-mais-dificil-renova-lo/>. Acesso: 18/09/2026.

Foto: RODRIGO VARGAS



5. Recomendações de emenda

A análise dos números mostra que o desafio não é apenas ter mais recursos, mas fazê-los chegar às políticas e aos territórios. Baixa execução, concentração dos recursos e pouco espaço para ações finalísticas podem limitar entregas em adaptação, fiscalização, prevenção de desastres e proteção de populações vulneráveis. Por isso, as recomendações buscam aproximar o orçamento das prioridades e entregas previstas no planejamento climático.

Para orientar o debate sobre emendas parlamentares, destacam-se algumas ações prioritárias, selecionadas por sua relação mais direta com meio ambiente e clima.

O recorte concentra-se em gestão de riscos e desastres, adaptação urbana, acesso à água, defesa civil, fiscalização ambiental, prevenção e combate a incêndios, unidades de conservação, transição energética e ações que perderam recursos em relação a 2026.

Tabela 4 – Valores de referência para emendas no PLOA 2027

Órgãos	Unidade Orçamentária	Ação		PLOA 2027	Valor de referência para emenda (R\$) ⁹
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	IBAMA	214N	Controle e Fiscalização Ambiental	R\$ 240.000.000	R\$ 336.000.000
	IBAMA	168N	Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia	R\$ 44.845.498	R\$ 62.783.697
	MMA, Administração Direta	21F4	Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial	R\$ 3.300.000	R\$ 4.620.000
	MMA, Administração Direta	21F2	Gestão Territorial e Socioambiental de Paisagens Rurais e dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	R\$ 6.200.000	R\$ 8.680.000
	IBAMA	214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias	R\$ 107.200.000	R\$ 150.080.000
	ICMBio	214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	R\$ 254.470.000	R\$ 356.258.000
	ICMBio	20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	R\$ 284.610.000	R\$ 398.454.000
	ICMBio	20WN	Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	R\$ 13.000.000	R\$ 18.200.000
	MMA, Administração Direta	21F3	Implementação de Políticas para biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas	R\$ 4.355.000	R\$ 6.097.000
	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, parcela não reembolsável	20G4	Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima	R\$ 5.930.000	R\$ 8.302.000
	MMA, Administração Direta	20W2	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca	R\$ 1.700.000	R\$ 2.380.000
	MMA, Administração Direta	21E4	Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima	R\$ 4.000.000	R\$ 5.600.000
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	MIDR, Administração Direta	22BO	Ações de Proteção e Defesa Civil	R\$ 1.500.000.000	R\$ 2.100.000.000
		8348	Apoio às Ações Emergenciais de Prevenção e Mitigação para a Redução de Desastres	R\$ 500.007	R\$ 700.010
		00T5	Contenção ou amortecimento de cheias, inundações e erosões marinhas e fluviais	R\$ 88.000.000	R\$ 123.200.000
		8172	Preparação e fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec)	R\$ 10.599.993	R\$ 14.839.990

9. Valores de referência com acréscimo de 40% sobre o PLOA 2027, sujeitos às regras e condições de cada ação.

Órgãos	Unidade Orçamentária	Ação		PLOA 2027	Valor de referência para emenda (R\$)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar	MDA, Administração Direta	210X	Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável	R\$53.517.284	R\$ 74.924.197
	INCRA, Diretoria de Obtenção de Terras – DT	21GD	Reforma Agrária e Governança Fundiária	R\$ 1.195.595.796	R\$ 1.673.834.114
Ministério das Cidades	MC, Administração Direta	00TK	Drenagem urbana sustentável e manejo de águas pluviais	R\$ 667.344.777	R\$ 934.282.687
		8865	Redução de riscos de movimentos de massa em áreas urbanas – contenção de encostas	R\$ 415.000.000	R\$ 581.000.000
		00VC	Soluções Baseadas na Natureza para adaptação inclusiva das periferias urbanas às mudanças climáticas	R\$ 25.000.000	R\$ 35.000.000
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	MDS, Administração Direta	8948	Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água na Zona Rural	R\$ 700.000.000	R\$ 980.000.000
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	MCTI, Administração Direta	20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN	R\$ 19.196.677	R\$ 26.875.347
Ministério de Minas e Energia	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	21HC	Mapeamentos, Monitoramentos e Alertas voltados à Prevenção de Desastres – Novo PAC	R\$ 7.818.343	R\$ 10.945.680

Fonte: Elaboração própria com base no SIOP. Acesso em 18/09/2026.

ORÇAMENTO 2027:

Meio Ambiente, Clima e Recomendações

*Análise do Projeto de
Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027*



OBSERVATÓRIO
DO **CLIMA**

